

X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO PARA MARX E A CRÍTICA DA FLEXIBILIZAÇÃO: A LUTA DE CLASSES NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.

Ana Luiza Matos de Oliveira.

Cita:

Ana Luiza Matos de Oliveira (2013). *AS RELAÇÕES DE TRABALHO PARA MARX E A CRÍTICA DA FLEXIBILIZAÇÃO: A LUTA DE CLASSES NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO*. X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-038/236>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO PARA MARX E A CRÍTICA DA FLEXIBILIZAÇÃO: A LUTA DE CLASSES NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO¹

Ana Luíza Matos de Oliveira (Unicamp)²

RESUMO

Parte-se nesse artigo da perspectiva de Marx para a análise das tendências do capital, que são propensas a prevalecer caso se adote uma regulação via mercado e não via poder público/social. Uma das vertentes do aumento da regulação via mercado seria o discurso da flexibilização das leis do trabalho, que se forma a partir de teóricos do *mainstream* e de visão liberal. Para Marx, o capital busca a valorização como único objetivo, enquanto os trabalhadores devem buscar seus direitos e a desmercantilização da força de trabalho, através da luta de classes. Sendo a valorização do capital o objetivo do sistema e já que a mesma ocorre com a exploração da força de trabalho, um aumento do poder discricionário do capital pressiona os trabalhadores, estimula o progresso técnico para poupar força de trabalho, precariza o trabalho, intensifica a jornada, entre outros efeitos deletérios para a classe trabalhadora.

ABSTRACT

We start in this article from a Marxian perspective for the analysis of trends in capital, which are likely to prevail if a regulation through the market (and not public or social) is chosen. Labor flexibility would be one a part of this discourse in increasing market flexibility, which is formed from theorists of the mainstream economics and of liberal views. According to Marx, capital seeks appreciation as single goal, while workers should pursue their rights and the decommodification of labor power through class struggle. Being capital appreciation the system's goal and as this process occurs with the exploitation of the labor force, an increase in the discretionary of the capital enables it to press workers, encourage technical progress to save labor, increases precarious work, intensifies journey, among other deleterious effects for the working class.

1. INTRODUÇÃO

A inquietude pessoal levou ao estudo do discurso da flexibilização, na tentativa de historicizar o mesmo, compreender os interesses que se colocam com a hegemonia desse discurso. As teorias que conformam o discurso da flexibilização, advindas ou do *mainstream economics* ou da ideologia liberal, se combinam para formar o discurso dominante, que ajuda a desmobilizar a classe

¹ X Jornadas de Sociología, Universidad de Buenos Aires, 1 al 6 de Julio del 2013

² Email de contato: analubh87@gmail.com

trabalhadora, desqualificar a luta pelos direitos e naturalizar os problemas característicos do próprio sistema capitalista, fazendo pesar a balança da luta de classes claramente para um lado. A flexibilização é apresentada no discurso mediático, acadêmico e dos organismos internacionais como a “única alternativa”. O discurso vai se consolidando e solidificando no debate, de forma que fica difícil “historicizar” a questão (Bourdieu, 2002). A flexibilização ou a desregulamentação atuam no sentido de modificar a *standard employment relationship*, que seria uma importante causa da rigidez no mercado de trabalho. Em termos gerais, a flexibilidade pode ser definida como “eliminação, diminuição, afrouxamento ou adaptação da proteção trabalhista clássica, com a finalidade – real ou pretensa – de aumentar o investimento, o emprego ou a competitividade da empresa” (Uriarte, 2002). Pode ocorrer a partir da implementação de uma nova regulamentação que flexibiliza normas anteriormente vigentes. Já a desregulamentação em si seria derrogar ou afrouxar normas vigentes. O vocábulo desregulamentação também poderia ser considerado “parcial”, pois se de um lado diminui a regulação pública sobre as relações de trabalho, aumenta a regulação via mercado sobre as mesmas, já que aumenta o poder de decisão da empresa. Opõe-se o termo flexibilidade como algo positivo à negativa rigidez. Ela pressupõe o aumento do poder discricionário do capital de determinar unilateralmente as condições de uso, contrato e pagamento do trabalho, ao diminuir as regulações sobre essa matéria no direito trabalhista.

Pretende-se questionar, com esse trabalho, as bases da contestação da *standard employment relationship*³. Buscaremos discutir os impactos dessas medidas para os trabalhadores em termos de precarização estrutural, da afirmação do mercado versus o âmbito público e social, bem como seus efeitos sobre a identidade dos trabalhadores. Consideraremos que a regulação do trabalho passa por uma questão de direitos humanos, pois não se pode separar o trabalho de seu portador. Não se pretende fazer uma leitura falsamente neutra dos dados e teorias apresentados, mas assumimos a crítica da hipótese do mercado como uma entidade atemporal, ahistórica e democrática.

O mercado de trabalho assume, segundo a visão de cunho liberalizante, um papel determinante para o bom funcionamento de toda a economia, desacoplando a determinação do emprego dos fatores macroeconômicos ou da dinâmica do sistema. Do mercado de trabalho viria a causa e a solução para a crise. De medidas “passivas” de proteção social, que impediriam o trabalhador de ofertar sua força de trabalho, seria necessário passar a medidas ativas, que o incentivassem a ofertar sua força de trabalho. Opta-se por manter a estabilidade financeira ao invés de gerar emprego.

Com a análise da economia capitalista a partir dos estudos de Marx, esperamos demonstrar quais são as tendências do capital, se deixado “liberalizado” ou “desregulado”, i.e., se se opta pela regulação privada (via mercado) ao invés da regulação pública social: a flexibilização das leis

³ Relação padrão de emprego, típica dos países do Welfare State nos anos dourados, caracterizada por contratos por tempo indeterminado, com horários de trabalho diurnos de segunda a sexta-feira, jornada de trabalho máxima semanal determinada (porém a tempo integral), empregador fixo e funções definidas.

trabalhistas daria mais liberdade ao capital para seguir suas tendências de valorização e isso ocorreria com o aumento da exploração e da degradação do trabalhador, dentre outras consequências das quais tratam Marx e outros autores.

2. A RELAÇÃO ENTRE CAPITAL E TRABALHO NA ANÁLISE DE MARX

Para compreender a dinâmica do “mercado de trabalho⁴”, bem como as disputas pelo poder que caracterizam o mesmo, é necessário compreender a dinâmica do capitalismo, pois esse modo de produção, que envolve um “mercado de trabalho”, i.e., compra e venda da força de trabalho, é historicamente determinada. Flexibilizar e retirar do trabalhador certos direitos adquiridos com a luta desfavorece os trabalhadores como classe, ao permitir que tais tendências se desenvolvam abertamente, trocando a regulação pública social pela regulação privada via mercado. O objetivo nesse sistema é a valorização do capital e nesse sentido o trabalho está subordinado ao capital: “não é o trabalho que emprega o capital, é o capital que emprega o trabalho” (Marx, 2010:109). Apesar de Marx ter morrido no ano de 1883 (Trier, 05/05/1818 – Londres, 14/03/1883), soube destacar particularidades estruturais do sistema capitalista – nesse tempo - que continuam válidas para a sociedade de hoje, posto que continuamos a viver em uma sociedade capitalista.

A crítica da flexibilização a partir de Marx requer uma abordagem distinta, por partir de outras bases e considerar, por exemplo: i) Que existe uma assimetria entre trabalhadores e capitalistas: trabalho e capital conformam uma relação social de produção e não apenas uma relação técnica; ii) Que o objetivo principal do capitalismo é a valorização máxima do próprio capital, sendo a geração de empregos objetivos secundários ou antagônicos em relação ao primeiro; iii) Que o direito do trabalho existe para proteger o trabalhador, portador indissociável do mesmo, não sendo possível considerar o trabalho como uma simples mercadoria; iv) Que o capital não é um fator de produção, mas o detentor do dinheiro-riqueza em geral e como tal tem direitos na apropriação do lucro geral de cada período; v) Que o progresso técnico que aumenta a produtividade social do trabalho é necessariamente tendente a elevar a composição técnica do capital, o que torna o desemprego um fenômeno estrutural e necessário, criando o chamado exército de reserva; vi) Que a queda do salário ou a diminuição da regulação trabalhista não altera a tendência do capitalismo de gerar desemprego, pois essa é intrínseca à lógica do capital; vii) Que a dinâmica da produção nada tem a ver com a função de produção neoclássica, em que se usa mais trabalho ou mais capital em função dos preços relativos desses ditos fatores; viii) Que a estrutura social do modo de produção capitalista não permite que o trabalhador escolha quanto ofertar de trabalho, a partir do *tradeoff* lazer e consumo;

⁴ O termo mercado de trabalho não tem para Marx qualquer papel analítico semelhante ao existente nos autores neo-clássicos, neo-keynesianos, novo-clássicos e assemelhados. Por isso, nesse contexto marxiano decidimos utilizá-lo entre aspas. Desde Marx e com Keynes, Kalecki e Minsky, o chamado mercado de trabalho não é determinante do nível de emprego e o que ocorre na negociação salarial entre trabalhadores e capitalistas, é, em grande medida, condicionado pelo processo de acumulação de capital, pelas decisões de investimento, pelo progresso técnico e pelas condições de financiamento em geral.

ix) Que para a análise do trabalho no capitalismo é necessário ter uma perspectiva de classe, já que o trabalho nesse sistema é realizado majoritariamente de forma coletiva.

2.1. A MERCADORIA E O TRABALHO COMO MERCADORIA

A natureza específica da relação mercantil-capitalista consiste em que as relações de produção entre as pessoas são estabelecidas através das coisas. A mercadoria é a unidade básica da riqueza no capitalismo, um produto específico e intrínseco desse sistema.

As trocas no capitalismo vão no sentido de valorizar o capital. A sequência M-D-M é o movimento aparente e invertido: no capitalismo a mercadoria é um meio de valorização do capital, o capital já está aí pressuposto. Porém o mesmo se mostra não em sua essência para a produção de mais valor (D-M-D'), mas em sua aparência (M-D-M) (Fausto, 2002). O (único) objetivo do capital nesse circuito seria o da sua valorização. O objetivo do trabalhador, para Marx (2010), seria o de vender sua força de trabalho para obter os víveres e demais mercadorias necessários para a reprodução de sua força de trabalho.

A produção de mercadorias nesse sistema exige o trabalho alienado, vendido para aquele que possui o controle dos meios de produção e o dinheiro que funciona como capital, i.e., que lhe dá o poder sobre os outros de contratar força de trabalho. A venda da força de trabalho pode ser mais (ou menos) regulada pelo Estado. O capitalismo se estrutura através das relações essenciais de propriedade (e direito de propriedade) e dos contratos (e direito de contratos), sendo que a relação de propriedade se estabelece unicamente entre coisas e pessoas e de contratos entre pessoas. O contrato é um fio invisível que une o trabalhador à classe capitalista (Balibar, 1969b). Marx complementa:

Para que o trabalho exista como trabalho assalariado, o trabalhador tem de trabalhar como não proprietário, não vendendo mercadoria, mas a disposição sobre sua própria capacidade de trabalho – sua capacidade de trabalho mesma no único modo em que pode ser vendida -, as condições de realização de seu trabalho devem se opor a ele como condições estranhas, como potências estranhas, condições sob o domínio de uma vontade estranha, propriedade alheia. O trabalho objetivado, o valor como tal, opõe-se a ele como um ser próprio, como capital, cujo portador é o capitalista – opondo-se a ele também como capitalista (Marx, 2010:126).

Nos *Grundrisse* (Marx, 2011) aparece pela primeira vez a distinção entre trabalho (*Arbeit*) e força de trabalho (*Arbeitskraft*) (Nicolaus, 1982). A força de trabalho é a mercadoria negociada entre trabalhador e capitalista. “O que se denomina valor do trabalho é na realidade o valor da força de trabalho, que existe na personalidade dos trabalhadores e que também possui função diferente da do trabalho, como uma máquina de suas operações“ (Marx, 1957:296, tradução própria). Por força de trabalho entende-se o conjunto das faculdades que se coloca em movimento ao produzir valores de uso e de troca. A força de trabalho só aparece no mercado na medida em que é oferecida à venda e por determinado tempo, pois se a vende de uma vez por todas o trabalhador se transforma de homem livre em escravo, de possuidor de mercadoria a mercadoria. No capitalismo, a força de

trabalho se mercantiliza através do trabalho assalariado, da venda paulatina e sistemática da força de trabalho, como forma de obtenção da subsistência, de modo que a categoria da mercadoria englobe uma esfera da qual ela era de outro modo excluída (Marx, 2010).

A força de trabalho, ao ser vendida a outro, é utilizada como bem deseja o comprador – e, nesse caso, com o único objetivo de cumprir a valorização do capital, no circuito D-M-D'. O trabalho se torna alienado, utilizando instrumentos que não lhe pertencem, tendo como fim um produto que não é seu, produzindo de forma coordenada por outros e cuja apropriação e distribuição dos produtos do trabalho fica a cargo de outrem. Ou seja: o trabalhador só contribui como força de trabalho, não tem controle sobre o processo. É importante compreender que essa é uma característica intrínseca, para Marx, do trabalho no sistema capitalista: alienante por definição, devido às características da produção e da propriedade. Isso provoca no trabalhador que o mesmo não se sinta realizado ao trabalhar, mas ao contrário, só sente o desgaste de suas forças físicas e mentais. “Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades” (Marx, 2006a:114). O trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si.

A força de trabalho seria a única mercadoria com o valor de uso de criar valor e nisso interessa a seu comprador, o capitalista. No consumo da mercadoria força de trabalho se cria e se transforma o valor das mercadorias. O valor de uso da força de trabalho é o trabalho em si, a potência de criar valor. Se por um lado essa mercadoria tem o valor de uso de criar e transformar o valor das mercadorias, seu valor de troca corresponde ao valor necessário para a sua reprodução.

O valor de uso dessa mercadoria, tal como o de qualquer outra mercadoria, só é efetivado em seu processo de consumo, portanto somente depois que ela passou da mão do vendedor para a do comprador, mas a única relação que ela mantém com o próprio processo de venda é a de ser um móbil para o comprador. Além disso, esse valor de uso, que existe antes de seu consumo como capacidade de trabalho, tem um valor de troca que, assim como qualquer outra mercadoria, é igual à reprodução. (Marx, 2010:66).

No capitalismo, o trabalho não é diretamente social: só se torna social no sentido em que se torna igual a todas as outras formas de trabalho. A transformação do trabalho individual em socialmente necessário ocorre através do processo de troca (na circulação), transformando o trabalho privado e concreto em trabalho social e abstrato (Fausto, 1997). O trabalho abstrato se torna o sujeito e os homens que o efetuam se tornam simples veículos de realização do trabalho (Novack, 1977). O trabalho individual, concreto, útil e determinado converte-se em coletivo na medida em que se transforma em seu oposto, em trabalho abstrato cristalizado nas mercadorias. Ao capital, interessa o caráter abstrato do trabalho, seu valor de troca, não o seu caráter concreto e seu valor de uso. Como trabalho abstrato, os produtos do trabalho são reduzidos ao seu valor de troca, que pode ser vendido e trocado no processo de circulação. Nessa forma, possuem a mesma “objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado” (Marx, 1983:47). E essa substância

comum permite a existência de valor de troca: o caráter abstrato do valor depende de seu caráter concreto, mas para o trabalhador o caráter concreto da mercadoria que produz lhe é alheio.

Assim, o trabalhador é mera capacidade de trabalho e as potências de seu trabalho lhe são estranhas, propriedades estranhas (Marx, 2010). O trabalho concreto, reduzido ao abstrato, enquanto significa sofrimento para o trabalhador, para o capitalista representa riqueza e tempo livre.

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se a ele se contrapõe como poder estranho, isto só é possível porque o produto do trabalho pertence a outro homem distinto do trabalhador. Se a sua atividade constitui para ele um martírio, tem de ser fonte de deleite e de prazer para outro (Marx, 2006a:119).

Assim, por um lado, a sociedade mercantil é unificada numa economia social única, através da divisão do trabalho, sendo as partes individuais dessa economia intimamente relacionadas e mutuamente influenciadas; por outro, a propriedade privada e a atividade econômica autônoma dos produtores mercantis individuais fragmentam a sociedade numa série de unidades econômicas isoladas, independentes. O capital se apresenta como a ligação entre esses indivíduos isolados, com a capacidade de uni-los e de fornecer à sociedade os valores de uso de que necessita. O capital passa a controlar e a representar a união social. Esse poder do capital advém da propriedade dos meios de produção e da capacidade de contratar trabalhadores, comprando a sua força de trabalho.

A força de trabalho é valor de uso para o capital, por sua faculdade de produzir valor e mais-valor, e valor de troca para o trabalhador, sendo o único bem do qual ele dispõe. À venda da força de trabalho a outrem, Marx se refere como exploração, pois o excedente gerado no capitalismo na esfera da produção viria da relação desigual ocorrida nessa troca. A troca entre capital e trabalho baseada no direito de propriedade e na autonomia adota, juridicamente, o aspecto de um intercâmbio entre iguais: proprietários livres num mercado livre (Bianchi, 1975). Embora a relação entre capital e trabalho seja formalmente de uma igualdade, existe uma assimetria intrínseca ao capitalismo, uma hierarquia das decisões de produção do capital em relação ao trabalho: é o capital quem decide quanto, quem e como contratar (com maior ou menor intervenção estatal). Na prática, o trabalho necessita do capital para dele obter seus meios de sobrevivência, enquanto o capital tem um exército de reserva do qual dispor. Também, parte do tempo de trabalho é trabalho não pago, roubado, é o mais-valor que compõe o lucro do capital. A fonte dessa desigualdade é justamente a posse dos meios de produção por parte dos capitalistas e a simples posse da sua força de trabalho por parte dos trabalhadores, o que lhes força a vender sua força de trabalho. O capital paga ao trabalhador a quantidade de trabalho objetivado que é necessária para a reprodução de sua condição vital – de acordo com o país, a época e a luta política - e recebe em troca a mercadoria força de trabalho, que tem essa característica especial de criar valor, enquanto os insumos e instrumentos só transferem seu valor ao produto, sendo transformados pelo trabalho.

O valor não é apenas regulador da distribuição de trabalho social, mas também expressão das relações sociais de produção. Para Marx, o trabalho combina ser tanto a causa quanto a medida do

valor. O valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho gasto em sua produção, o que faz do trabalho, além de uma categoria sociológica chave, por sua importância para a sociabilidade humana e a relação do homem com a natureza, uma categoria econômica chave, por determinar as relações em que ocorrem as trocas: “O valor (valor de troca real) de todas as mercadorias (incluído o trabalho) é determinado pelo seu custo de produção, em outras palavras, pelo tempo de trabalho requerido para a sua produção” (Marx, 2011:87).

A fragmentação das decisões de produção na esfera do trabalho vivo faz com que a relação entre produtores ocorra na esfera da troca - ou esfera do trabalho morto - em que, finalmente, o trabalho privado é realizado como trabalho social. As trocas no mercado, no capitalismo, reificam as relações entre trabalhadores e assim as mercadorias adquirem uma “forma metafísica”, pois aparentam ser mediadoras de todas as relações sociais. Os laços sociais parecem ter sido engolidos pelas coisas e as mediações desaparecem: o valor parece emanar diretamente da circulação, e não da produção. Por conseguinte, o fetichismo da mercadoria aparece como uma síntese do valor trabalho.

O trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como a um objeto estranho. Com base neste pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio (Marx, 2006a:112).

O trabalhador produz a mercadoria colocando sua vida no objeto, utilizando-se de sua força e de seu cérebro. Quanto mais de si ele coloca no produto, quanto mais esse cresce, mais diminuto fica o próprio trabalhador. O trabalho, assim, se transforma em coisa alheia, um poder autônomo que se opõe ao trabalhador. E o objeto se torna assim uma força hostil e antagônica.

2.2. A SUBSUNÇÃO FORMAL E REAL DO TRABALHO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO

É importante analisar as bases e compreender o fenômeno da cooperação e da divisão do trabalho no capitalismo, sendo que ela é comandada pelo capital. As formas principais de subsunção do trabalho ao capital são a cooperação e a divisão do trabalho (com o uso ou não da maquinaria e da tecnologia) (Marx, 2010). Denomina-se produção capitalista o modo de produção social em que o processo de produção é subsumido ao capital, ou que se baseia na relação de capital e trabalho assalariado, e isso de tal forma que ele é o modo de produção dominante. O capital só existe como forma dominante e específica de um período de produção onde submeteu a si a produção. Já que do processo de produção depende a valorização do capital, o capitalista buscará otimizar os processos de produção, aumentando a produtividade. Para isso, buscará utilizar-se da tecnologia não para aliviar o trabalho, mas para aumentar a produtividade do tempo de trabalho (Marx, 2010).

Marx pondera que a força produtiva que nasce da cooperação não é paga pelo capitalista, que paga somente o valor correspondente à força de trabalho individual de cada um de seus trabalhadores. Em estágios subsequentes, a cooperação daria lugar a modificações no processo de trabalho em si, acarretando a subsunção real ao capital.

Num primeiro estágio de desenvolvimento, o capital se apropria dos processos de trabalho como ocorriam quando se tratava de produtores livres detentores dos meios de produção, na subsunção formal do trabalho ao capital. Uma modificação primeira na produção (mas não no processo de trabalho) poderia ser um aumento da jornada, o que levará com o tempo a uma alteração também nos processos de trabalho, acarretando a subsunção real do trabalho ao capital. O modo de produção capitalista exige a subsunção real do trabalho ao capital como fim. As modificações do capital no processo de produção, no sentido de aumentar a produtividade, podem advir do uso da força coletiva dos trabalhadores em conjunto, i.e., através do uso da cooperação: “a cooperação é a forma geral, que está na base de todos os *arrangements* sociais para o aumento da produtividade do trabalho social e cada um deles recebe apenas uma especificação ulterior” (Marx, 2010:286). Inclusive, a divisão do trabalho pressupõe a cooperação do trabalho (ou seria apenas um modo específico seu), levada a outro nível. A divisão do trabalho é uma forma de cooperação particular para aumentar a força produtiva do trabalho e realizar o mesmo trabalho em tempo de trabalho mais curto, a fim de reduzir o tempo de trabalho necessário para a reprodução da capacidade de trabalho e de estender o tempo de sobre trabalho.

Na divisão do trabalho, cada trabalhador se ocupará de uma etapa específica do processo de produção das mercadorias, chegando a perder a noção do processo como um todo, com a sua especialização em uma função (Marx, 2010). As modificações trazidas pela divisão do trabalho não se resumem à esfera da produção, mas modificam também a organização social, a esfera das trocas, a sociabilidade, os hábitos de consumo etc:

Na medida em que o capital desloca o tempo de trabalho além da medida determinada para a satisfação da necessidade natural do trabalhador, ele impulsiona uma maior divisão do trabalho social – o trabalho na totalidade da sociedade -, uma maior diversidade da produção, a ampliação da esfera de necessidades sociais e dos meios de sua satisfação, por isso, também o desenvolvimento da capacidade de produção humana e, com isso, o exercício das faculdades humanas em novas direções (Marx, 2010:216).

O capital modifica totalmente os processos de produção e o faz continuamente, com vistas a sempre aumentar a produtividade e a lucratividade, já que do processo de produção advém a criação de valor e o mais-valor. “O trabalho do trabalhador se torna muito maior do que no trabalhador autônomo, porque sua relação não é determinada em absoluto pela relação de seu trabalho com sua necessidade, mas antes pela necessidade ilimitada, irrestrita do capital com o sobretrabalho” (Marx, 2010:223). O que importa é a valorização do capital, não a satisfação das necessidades individuais: “O capitalista nada mais deseja senão que o trabalhador dilapide suas doses de força vital tanto quanto possível sem interrupção” (Marx, 2011:228) O trabalho e o próprio trabalhador aparecem assim totalmente submetidos ao comando do capital (Marx, 2010).

Percebe-se que o capitalismo promove a constante revolução dos meios de produção e um grande desenvolvimento tecnológico, com vias a aumentar a produtividade. Percebe-se que: i) o

trabalho produtor de mais-valor é feito majoritariamente em processos coletivos e precisa de ser tratado desde uma abordagem também coletiva; ii) o processo de produção é revolucionado de forma contínua de acordo com os interesses da valorização do capital, dado o poder de barganha e de organização dos próprios trabalhadores; iii) as transformações realizadas pelo capital no processo de produção impactam o dia-a-dia dos trabalhadores, não se restringindo ao âmbito do trabalho; iv) com o desenvolvimento do capital, torna-se mais complexa a divisão do trabalho e outros fenômenos como o fetichismo da mercadoria e o trabalho alienado se tornam mais visíveis, pois a liberdade do capital para se desenvolver acaba por radicalizar tais tendências aqui apresentadas.

2.3. MAIS-VALOR⁵ E AS ESTRATÉGIAS PARA SUA EXTRAÇÃO

É importante fornecer as bases para a compreensão da dinâmica da exploração, através do mais-valor - *Mehrwert*. Muitas das estratégias de desregulamentação e flexibilidade vão no sentido de aumentar, direta ou indiretamente, a liberdade do capital em maximizar o tempo de trabalho não pago, através do mais-valor absoluto ou relativo – *absoluter* ou *relativer Mehrwert*.

Nos Grundrisse, Marx (2011) afirma que o valor do produto é igual ao valor da matéria prima e do instrumento de trabalho, retransmitido ao produto pelos meios de produção – o chamado capital constante (c) -, mais o valor do trabalho – o chamado capital variável. No processo de produção, há três elementos: a matéria-prima, o instrumento e o trabalho. A matéria-prima e o instrumento, considerando um uso de 100% de suas potencialidades, mudam sua forma durante o processo e como quantidade de valor de troca permanecem iguais. “Por outro lado, o trabalho é igualmente consumido ao ser utilizado, posto em movimento, e desse modo é despendido um determinado quantum de força muscular etc. do trabalhador, pelo que ele se esgota” (Marx, 2011:233). A força de trabalho é desgastada, consumida, mas também muda seu valor no processo de produção, criando valor - e mais-valor. Essa fração do capital é chamada capital variável (v) – já que é a parte que não conserva constante o seu valor, mas varia ampliando-o -, pois o trabalhador acrescenta ao objeto do trabalho valor novo através de seu dispêndio de músculos, cérebro e nervos. Parte do trabalho adicionado à mercadoria é trabalho roubado, é o chamado mais-valor.

Suspeito que muitos de vós perguntareis: Haverá, então, na verdade, uma diferença tão grande, ou alguma diferença entre determinar os valores das mercadorias pelos salários e determiná-los pelas quantidades relativas de trabalho necessário à sua produção? Tendes, no entanto, de estar cientes de que a retribuição do trabalho e a quantidade do trabalho são coisas muito díspares (Marx, 2008:44).

A troca equivalente no processo de produção é meramente aparente, pois o capital recebe mais valor do que pago na esfera da produção (Pietranera, 1970; Marx, 2008): apesar de o trabalhador

⁵ Opta-se aqui por utilizar a tradução ao português do termo em alemão *Mehrwert* como mais-valor e não mais-valia, já que, como explicam os tradutores das versões mais recentes dos Grundrisse (Marx, 2011) e dos Manuscritos de 1861-1863 (Marx, 2010), a tradução literal desse termo ao português seria “mais” (*mehr*) e “valor” (*Wert*), considerando também que, em português, ao tratar-se de relações econômicas, utiliza-se o vocábulo valor, enquanto o vocábulo valia não transmite a mesma ideia nem tem utilização corrente, a não ser como a terceira pessoa singular do pretérito imperfeito do verbo valer. No entanto, nas citações de livros mais antigos que utilizam o termo “mais-valia”, mantém-se o termo dos autores ou tradutores.

receber aquilo que lhe é correspondente para a reprodução na esfera da circulação, no resto da jornada produz-se para o capital sem pagamento correspondente. Isso é a origem do mais-valor, que compõe o lucro do capitalista: “se fosse necessária uma jornada de trabalho para manter vivo um trabalhador, o capital não existiria, porque a jornada de trabalho seria trocada por seu próprio produto e, portanto, o capital como capital não se valorizaria e, por isso, também não poderia se conservar” (Marx, 2011:254). A relação capitalista não seria possível se o trabalho humano gerasse só o necessário para sustentar a vida dos produtores diretos (Rosdolsky, 2001). Ocorre uma valorização na esfera da produção, através do não-pagamento de parte do valor produzido na jornada de trabalho.

Se o trabalhador precisa trabalhar somente meia jornada de trabalho para viver um dia inteiro – isto é, para produzir os meios de subsistência necessários diariamente para a sua conservação como trabalhador, então o valor de sua capacidade de trabalho diária é igual a meia jornada de trabalho (...). Seu valor de uso consiste, por exemplo, numa jornada de trabalho, enquanto seu valor de troca é apenas meia jornada de trabalho (Marx, 2010:127).

O trabalho como criador de valor se distingue de todas as outras mercadorias. Assim, o trabalhador alcança dois resultados: “ressuscita dos mortos os meios de produção, os vivifica para serem fatores do processo de trabalho e se combina com eles para formar produtos” (Marx, 1983:166). O valor de uso da força de trabalho é a sua capacidade de gerar valor, porém, devido à extração de mais-valor, o salário recebido pelo trabalhador é menor que o valor por ele criado, gerando uma distorção entre seu valor de uso e de troca. Esse poder social que permite ao capitalista pagar menos ao trabalhador do que a quantia que lhe deve advém da propriedade privada dos meios de produção e do dinheiro como capital. “No processo de produção, a separação entre o trabalho e seus elementos existenciais objetivos – material e instrumento – é suprimida. Na separação repousa a existência do capital e do trabalho assalariado (Marx, 2010:187)”. Esse poder social lhe permite contratar os trabalhadores ditando as condições de emprego.

O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade total de trabalho nela contida. Mas parte dessa quantidade de trabalho é realizada num valor para o qual foi pago um equivalente sob a forma de salário; outra parte é realizada num valor pelo qual não foi pago qualquer valor equivalente. Parte do trabalho contido na mercadoria é trabalho pago; parte, é trabalho não-pago. Portanto, ao vender a mercadoria pelo seu valor, isto é, como a cristalização da quantidade total de trabalho posto nela, o capitalista tem necessariamente de vendê-la com um lucro. Ele não vende apenas aquilo que lhe custou um equivalente, mas vende também o que não lhe custou nada, apesar de ter custado trabalho ao seu operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o seu custo real são coisas diferentes. Repito, portanto, que os lucros normais e médios são obtidos vendendo as mercadorias, não acima, mas pelos seus valores reais (Marx, 2008:63-64)

Assim, o capitalista realiza um lucro não por vender a mercadoria por um preço superior e acima de seu valor, mas por vendê-la por seu valor real.

Se supusermos que o valor que o capital paga ao trabalhador é um equivalente exato do valor que cria o trabalho no processo de produção, o aumento de valor seria impossível. Mas se somente parte da jornada de trabalho for suficiente para manter o trabalhador vivo durante um dia de trabalho,

então o tempo a mais que ele trabalha é trabalho “extra”, “roubado”, ou nos termos de Marx, mais-valor: o que do ponto de vista do capitalista se traduz em mais-valor, lucro, valorização e reprodução do capital, do ponto de vista do trabalhador traduz-se em exploração, pois é um valor acima de sua necessidade e que não será revertido em seu proveito, mas sim do Capital.

O capital tentará, deste modo, qualquer manobra que lhe permita prolongar o tempo de trabalho não-pago e diminuir o tempo de trabalho necessário – *notwendige Arbeit* - para repor a força de trabalho. O objetivo do capitalista ao introduzir novas formas de produção é sempre aumentar o lucro, motor das inovações técnicas nesse sistema.

Em verdade, não se trata, assim, de encurtar a jornada de trabalho, mas antes, como em todo desenvolvimento da força produtiva sobre a base capitalista, de encurtar o tempo de trabalho de que o trabalhador necessita para a reprodução de sua capacidade de trabalho, em outras palavras, para a produção de seu salário, portanto, trata-se de diminuir a parte da jornada de trabalho que ele trabalha para si mesmo, a parte paga de seu tempo de trabalho e, por meio de sua redução, de prolongar a outra parte da jornada que ele trabalha gratuitamente para o capital, a parte não paga da jornada de trabalho, seu tempo de sobretalho (Marx, 2010:368).

No capitalismo, o motor da produção não é nem as necessidades do próprio trabalhador nem as necessidades sociais, mas o que é importa é a valorização do capital. “Ele [o capitalista] não quer produzir somente um valor de uso, mas uma mercadoria, não somente um valor de uso, mas um valor, e não somente um valor, mas também mais-valor” (Marx, 1957:148, tradução própria).

Mais-trabalho é trabalho do trabalhador, do indivíduo, além dos limites de sua necessidade, em verdade, trabalho para a sociedade, embora aqui o capitalista cobre esse mais-valor antes, em nome da sociedade. Como foi dito, esse mais-trabalho, por um lado, é a base material de todo seu desenvolvimento e da cultura em geral. Na medida em que é a coerção do capital que força a grande massa da sociedade a esse trabalho além de sua necessidade imediata, ele gera cultura; ele exerce uma função histórico-social (Marx, 2010:213).

Ao colocar as mercadorias para serem vendidas no mercado, o capitalista se depara com outros capitalistas que lhe são concorrentes. A estratégia seria de reduzir o valor das mercadorias e o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Pressão é colocada sobre os trabalhadores, a fim de que a taxa de lucro não seja prejudicada. O objetivo do capitalista é aumentar a produção no mesmo espaço de tempo, fazendo com que o valor das mercadorias produzidas caia, mas que possa continuar vendendo a um preço elevado. Portanto, o valor do produto do trabalho é inversamente proporcional à produtividade do trabalho. O valor de uso da mercadoria permanece o mesmo, embora seu valor de troca caia, isto é, uma quantidade menor de tempo de trabalho é objetivada nele, menos trabalho é requerido para sua produção. Assim, busca-se aumentar a taxa de mais-valor, i.e., a fatia de trabalho não pago em relação à quantidade paga ao trabalhador, pois se uma parte menor de sua jornada total é gasta com a reprodução do salário, uma parte maior é gasta para o capitalista (Marx, 2010). Através do trabalho e do mais-valor é que se valoriza o capital: “como valor de uso, o trabalho existe somente para o capital e é o valor de uso do capital mesmo, isto é, a atividade mediadora pela qual ele se valoriza” (Marx, 2010:179).

O mais-valor absoluto consistiria em ampliar a jornada de trabalho mantendo constante o salário até o limite do fisiologicamente ou politicamente possível. Essa forma de extração de mais-valor não corresponderia a inovações técnicas ou tecnológicas na produção, mas à extensão da jornada sem correspondente aumento no salário ou por uma intensificação do trabalho. Para Marx (1957), o impulso imanente da produção capitalista é de que o trabalho seja utilizado as 24h do dia. Porém, a jornada de trabalho não pode ser aumentada ilimitadamente, pois a capacidade física dos trabalhadores constitui o primeiro limite natural.

O mais-valor relativo é gerado pelo aumento da produtividade do trabalho, fazendo com que o trabalhador produza mais mercadorias em menos tempo. Se a duração da jornada de trabalho normal está dada, então o mais-valor pode aumentar somente em decorrência da crescente produtividade do trabalho. Assim, (a) aumenta a “fatia” de seu trabalho diário destinado à produção de mais-valor (a chamada taxa de mais-valor) em relação ao trabalho necessário para repor a força de trabalho, já que o valor correspondente a seu salário é criado com menos tempo de trabalho; (b) reduz-se o valor dos próprios itens que compõem a cesta de consumo do trabalhador, o que pode ser também uma maneira de gerar mais-valor relativo (reduz-se o tempo de trabalho necessário).

2.4. TRABALHO COMO BASE MISERÁVEL

Como vimos corroborando, o capital busca a sua valorização a qualquer custo. Marx articulou, teoricamente, a busca incessante por inovações, a obtenção de superlucros e a concorrência intercapitalista. “Dessa elaboração, depreende-se que a inovação tecnológica está ligada ao motor da dinâmica do sistema capitalista” (Paula, Cerqueira e Albuquerque, 2002:829). A tendência do capital é negar o trabalho vivo (força de trabalho) e substituí-lo por trabalho morto (máquinas e instrumentos), a fim de aumentar a produtividade do mesmo. Assim, aumenta cada vez mais a composição orgânica do capital e o mesmo busca outras formas de valorização, como, por exemplo, através do capital fictício, que se valoriza de forma independente do trabalho. A composição orgânica do capital é representada pela relação c/v , sendo c o capital constante e v o capital variável, conforme definido anteriormente. Destarte, quanto maior a utilização de capital constante em relação à utilização de capital variável, maior a composição orgânica do capital. Essa é uma tendência do capital: a aplicação de tecnologias que sejam poupadoras de trabalho, com o objetivo de ampliar a quantidade de mais-valor produzido e substituir trabalho vivo por morto. Usando máquinas para substituir trabalhadores, há um aumento da produtividade por trabalhador e uma queda no valor das mercadorias, já que é o trabalho o criador de valor e mais-valor. Ocorre um decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante e, com isso, em relação ao capital global posto em movimento (Marx, 1984b). E o capitalista obtém um lucro extraordinário até que essa inovação seja socializada. Assim, é possível haver diminuição do número de operários

ocupados por determinada quantidade de capital, empregando parte do que era usado em salário para a compra de bens de capital.

No capitalismo, o trabalho é uma simples forma de valorização do Capital. Marx (2006) advoga que o trabalhador desce ao nível de miserável mercadoria e que, paradoxalmente, a penúria do trabalhador aumenta com seu poder de sua produção: o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, pois com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O próprio homem é considerado mera existência da força de trabalho, uma besta de carga, mera máquina de produzir riqueza alheia.

Quanto mais refinado o seu produto, mais desfigurado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, mais desumano o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais magnífico e pleno de inteligência o trabalho, mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza (Marx, 2006a:113).

A concorrência intercapitalista, inerente ao sistema, pressiona os capitalistas a estimular o progresso técnico. Nessa lógica, a lei do valor enquanto lei da valorização refere-se a um regime de produção cuja única fundamentação é a valorização do capital: “para o capitalista, o meio mais útil de aplicação do capital é aquele que, com o mesmo grau de segurança, lhe proporciona o maior lucro. Esta aplicação nem sempre é a mais vantajosa para a sociedade” (Marx, 2006a:84). Tavares (1998) ressalta que o avanço do progresso técnico barateia as mercadorias e torna o trabalho vivo cada vez mais redundante. Assim o trabalho tende a ser “base miserável” de valorização do capital ao passo que esse se valoriza baseado na produtividade e absorvendo mais trabalho morto.

Segundo Mazzucchelli (2004), o capital é a “contradição em processo”, pois os impulsos que o levam a suprimir o trabalho necessário indicam que o capital tende a negar determinações que lhe são essenciais, constitutivas e por isso mesmo impossíveis de serem negadas. O trabalho, portanto, é “base miserável” na medida em aumenta a produtividade, tornando-o redundante, e na medida em que o capital encontra outras formas de valorização. A força de trabalho, ao entrar no processo de produção, só faz fortalecer o capital e enfraquecer-se a si mesma: a capacidade de trabalho sai mais pobre do que nele entrou, pois produz um valor excedente, que agora existe igualmente como valor excedente, como capital, como domínio sobre a capacidade de trabalho viva, confrontando-a em sua pobreza (Marx, 2011).

O capital apresenta a necessidade imperiosa de reduzir sempre sua dimensão variável, conseqüentemente aumentando a sua parte constante, mas não pode prescindir do trabalho vivo no processo de produção para continuar a se reproduzir, pois precisa da articulação entre trabalho vivo e trabalho morto. O capital irá tratar de aumentar o uso da tecnologia, a fim de poupar trabalho o máximo possível e aumentar a relação capital/trabalho (a composição orgânica) na produção. Porém, de acordo com a luta política esses trabalhadores “economizados” poderiam ser ou liberados

para o desemprego (no caso do cenário desfavorável ao trabalhador) ou para o verdadeiro tempo livre (por exemplo, com a redução da jornada de trabalho, num cenário mais favorável ao trabalho).

A produtividade alcançada com a tecnologia e os processos de produção no capitalismo proporcionaria as condições técnicas para a superação do próprio sistema, da liberação do trabalhador do trabalho ou de parte do tempo de trabalho, como defende Rosdolsky (2001):

Hoje o desenvolvimento técnico chegou a um ponto no qual os trabalhadores poderão finalmente libertar-se da ‘serpente de seus tormentos’, da tortura sem fim do trabalho cansativo, monótono e fragmentado, para se converterem de meros apêndices em verdadeiros dirigentes do processo de produção. Nunca estiveram tão maduras as condições para uma transformação socialista da sociedade, nunca o socialismo foi tão imprescindível e economicamente viável (:356).

O capital – as máquinas e a tecnologia – é fruto de trabalho acumulado ao longo da história, i.e., os trabalhadores criam eles mesmos as bases de sua dominação. O trabalho nesse sentido é tratado como “dispensável” pelo sistema e se torna cada vez mais redundante nesse processo, aumenta o desemprego e a população dos trabalhadores aparece como uma superpopulação relativa, como exército de reserva. Porém há de considerar a importância da luta política: enquanto o capital vai buscar reduzir seus custos com pessoal para o mínimo, os trabalhadores pressionam para o aumento do salário e da proteção social. Nesse sentido, a luta dos sindicatos e representantes dos trabalhadores em outras instâncias foi fundamental para o reconhecimento social e estatal dos direitos dos trabalhadores.

2.4.1. O TRABALHO COMO BASE MISERÁVEL NOS *GRUNDRISSE*

Nos Grundrisse, especialmente na seção: “Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas da sociedade”, Marx (2011) trata da ciência a serviço do capital, do seu desenvolvimento e de como ele traz as bases para a liberação do trabalho, tornando o trabalho uma “base miserável de valor”. Nessa seção, Marx parece descrever uma transição do capitalismo para algo além, já que questiona as categorias que ele mesmo cria e desenvolve (e que em obras posteriores retoma) como características do capitalismo, tais como o valor. Também, a forma como Marx se refere a esse outro sistema - em que o tempo de trabalho já não é medida de valor e de riqueza - nesse capítulo é muito diferente da forma como se refere ao capitalismo: “do modo mais vantajoso para todo o corpo social” (Marx, 2011:588) ou “desenvolvimento do indivíduo social” (Marx, 2011:588): essas expressões são contrárias à forma como Marx descreve o capitalismo e o trabalho no capitalismo em toda a sua obra. Marx (2011) poderia tratar da tensão entre o desenvolvimento da ciência e dos interesses capitalistas, que se bem criam as formas de emancipar o trabalho, não o fazem por isso não ser de interesse do sistema (mas sim “emancipam” o trabalho para o desemprego). A ciência em si não é “capitalista”, porém sua aplicação resultou muito favorável para o desenvolvimento das forças produtivas e para a valorização do capital.

Marx aqui é bastante claro: a relação do valor e da produção baseada no valor se baseia no trabalho imediato. Porém, com o desenvolvimento da indústria, criar-se-iam as condições para a emancipação do trabalho. Assim, o valor se autonomizaria do tempo de trabalho imediato para no limite desaparecer em um sistema não regido pelas leis do valor, i.e., já não será capitalista:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, i.e., o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor. O seu pressuposto é e continua sendo a massa do tempo de trabalho imediato, o quantum de trabalho empregado como o fator decisivo da produção da riqueza. No entanto, **à medida que a grande indústria se desenvolve**, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante e o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção (Marx, 2011:588).

A riqueza do capital consiste na apropriação do tempo de trabalho excedente, criando tempo disponível e apropriando-se do mesmo como excedente. E assim exacerbam-se as contradições do capitalismo. “O crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas (...) a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente” (Marx, 2011:590 – 591). Tendo-o feito, e assim rompendo com essa contradição, o tempo disponível deixaria de ser uma existência contraditória. Cresceria o tempo disponível de todos nessa nova sociedade. Assim, o tempo de trabalho já não seria a medida da riqueza – a própria categoria do valor já não teria sentido –, mas sim o tempo disponível, alterando completamente as bases do sistema, que superaria o capitalismo:

Pois a verdadeira riqueza é a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Nesse caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o **tempo disponível**. O tempo de trabalho como medida da riqueza põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre pobreza e o tempo disponível como tempo existente apenas na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente, ou significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho (Marx, 2011:591).

Nessa citação, Marx poderia estar se referindo à superação do capitalismo, por ir além das próprias categorias que ele mesmo utiliza para descrever o capitalismo em textos posteriores. Para que isso ocorra, seria necessária a superação da produção baseada no valor de troca, no trabalho excedente da massa e do não-trabalho de alguns (no caso, a classe capitalista):

O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata **deixa de ser a grande fonte da riqueza**, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição (:588, grifo nosso).

O trabalho, nesse novo sistema, se relacionaria com a produção como um supervisor e regulador, não estaria tão mais envolvido no processo (Marx, 2011). O trabalho como base miserável de

acumulação é conjugado à “dissolução [do capital] como forma dominante” (:583), através da apropriação política do desenvolvimento tecnológico. A ciência, para Marx, estaria a serviço do capital, sendo necessário vencer essa relação: As forças produtivas e as relações sociais aparecem somente como meios para o capital. “De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares” (Marx, 2011:589).

Porém, se por um lado Marx apresenta o progresso técnico como passível de liberar a mão de obra, parece que, para que o trabalho seja liberado, seria preciso ir além das categorias do capital, categorias essas que ele utiliza para fundamentar toda a sua teoria, e que se repetem em obras posteriores como os manuscritos de 1861-1863 e no *Capital*. Nessa seção, Marx poderia querer mostrar que a tecnologia e a ciência “constituem as condições materiais para fazê-lo [o capital] voar pelos ares” (:589), pois, segundo demonstrado anteriormente, com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, não seria necessário que o trabalhador trabalhasse 24h por dia para conseguir assim seu sustento, mas sim que trabalhe uma quantidade muito menor a que é submetido no capitalismo.

Assim, as condições materiais para aliviar os trabalhadores dos trabalhos mais pesados e para que os mesmos trabalhassem menos, tendo mais tempo livre já existiriam, porém enquanto a ciência - tecnologia estiver subordinada aos interesses capitalistas, continuará a tratar o trabalho como base miserável de acumulação e assim liberar os trabalhadores para o desemprego e não liberar o trabalho para o ócio criativo (com a redução da jornada de trabalho e a implosão do sistema capitalista em si): “todavia, sua tendência é sempre, por um lado, de criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho excedente” (Marx, 2011:590). E, de fato, a ciência cria as condições de produzir “do modo mais vantajoso para todo o corpo social” (Marx, 2011:588) ou permitindo “desenvolvimento do indivíduo social” (Marx, 2011:588), mas isso precisa ser apropriado politicamente, pois a ciência está subordinada aos interesses dominantes, da lucratividade do capital, e não em auxílio ao trabalhador: “É só na imaginação dos economistas que a máquina vem em auxílio ao trabalhador individual” (Marx, 2011:585). A máquina é utilizada na produção com o objetivo de aumentar a lucratividade, não para poupar o trabalhador do trabalho duro, apesar de que, nesse processo, acabe também por aliviar os trabalhadores dos trabalhos mais pesados.

Assim como a ciência e a tecnologia, no capitalismo, estão subsumidas aos interesses do capital, aliviando o trabalho somente naquilo em que é lucrativo, economizando trabalho e o liberando para o desemprego e para o aumento do exército de reserva, certas teorias das ciências econômicas – as que correspondem aos objetivos do capital, de aumentar o mais-valor produzido – cumprem o papel no plano do discurso de justificar as mudanças na organização produtiva e na regulação social, de modo que pareça socialmente que essas mudanças aliviarão o trabalhador.

2.5. O DESEMPREGO E O EXÉRCITO DE RESERVA

O exército industrial de reserva é formado por trabalhadores sem emprego à disposição do capital e ajuda a manter baixo o nível de salários. Esse “exército” pressiona os ocupados a seguir os ditames do capital e os outros desempregados a se submeter às condições do mesmo, por risco de passar a fazer parte (ou a continuar) a fileira de desempregados. A pressão do próprio exército de reserva obriga a classe trabalhadora ao sobretrabalho e à submissão ao capital, mantendo disciplinada a classe trabalhadora. O capital, ao mesmo tempo, multiplica a demanda por trabalho através do investimento produtivo e da acumulação e aumenta a oferta de trabalhadores por “liberar” força de trabalho ao cortar investimentos ou aumentar o mais-valor absoluto e relativo.

Os movimentos de salário não ocorrem pelo movimento absoluto da classe trabalhadora, mas pela proporção em que se dividem exército ativo (trabalhadores ativos) e de reserva (desempregados), influenciado pela luta política. Essa “população excedente”, ao mesmo tempo em que resulta da ação do capital – que libera a mão de obra para o desemprego –, é também a alavanca essencial da acumulação capitalista, por pressionar os trabalhadores a aceitarem as condições do capital, em uma relação de assimetria, como havíamos dito anteriormente.

Esse exército existe ainda sob as formas latente e estagnada. A forma latente faria alusão à população que não está inserida no sistema capitalista, mas que busca as circunstâncias favoráveis a essa inserção, como possíveis migrantes rurais para áreas capitalistas. Já a forma estagnada refere-se à parte do exército ativo de trabalhadores com ocupação completamente irregular. Ambas as formas proporcionam ao capital um reservatório de força de trabalho. O capitalismo necessita de reservatórios sociais, de onde possa retirar força de trabalho que antes não estava acrescentada ao proletariado assalariado (Luxemburg, 1984).

O nível de desemprego de uma sociedade serve também como uma ferramenta que permite ao capital certa manobra quanto à mão de obra: quanto mais alto o desemprego, menor é o poder de barganha dos trabalhadores para pedir melhores salários e condições de trabalho, pois maior é o risco de substituição por outro trabalhador. No entanto, quando o nível de desemprego está baixo, os trabalhadores apresentam melhores condições de negociar por seus direitos.

Para Marx, o desemprego é intrínseco ao capitalismo, que pode melhorar ou piorar de acordo com a situação da economia, o nível de investimento etc, mas é um fenômeno típico do capitalismo, em que os trabalhadores empregados trabalham excessivamente e são explorados pelo capital, enquanto outra parte dos trabalhadores é liberada não para o ócio, mas para o desemprego. Enquanto houver capitalismo, i.e., os trabalhadores tiverem que continuar a vender sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção, haverá desemprego. O capitalismo vem acompanhado de um desemprego crônico, pois seu modo de produção exige que sempre haja trabalhadores em excesso em relação à produção, que justamente funcionam como mecanismo de

regulação do nível dos salários em prol do capital. A existência de uma população excedente de trabalhadores – o exército de reserva - é necessária para a acumulação ou desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo: é necessário que haja um exército industrial de reserva disponível para que o capitalismo tenha liberdade de ação.

Nos momentos de crise, os trabalhadores são forçados a aceitar salários piores ou condições irregulares de emprego: isso ajuda a disciplinar a classe trabalhadora, a quebrar seu poder de resistência e manter baixos os salários.

Portanto, o “mercado de trabalho”, para Marx, não apresenta uma igualdade real entre ambas partes (trabalhador e capitalista).

2.6. A LUTA DE CLASSES E O USO POLÍTICO DAS TEORIAS

Para Marx, a história da humanidade seria a história da luta de classes. No capitalismo, as duas classes opostas seriam os trabalhadores e os capitalistas, os trabalhadores caracterizados pela venda da força de trabalho como forma de subsistência e os capitalistas pela propriedade dos meios de produção. Os capitalistas, como representantes do capital, seriam a personificação dos objetivos do mesmo:

Como capitalista ele é somente capital personificado. Sua alma é a alma do capital. O capital tem apenas um impulso vital, o impulso de se valorizar, conseguir mais valor, com sua parte constante, e de sugar, com os meios de produção, a maior massa de mais-valor possível (Marx, 1957:187, tradução própria).

É necessário destacar que as teorias liberalizantes saíram do âmbito da academia e da pesquisa e entraram no campo da política, sendo utilizadas como instrumento para enfraquecer e descaracterizar a luta dos trabalhadores por condições mais dignas de trabalho e para silenciar as críticas ao sistema. Um enorme esforço político tem sido feito para separar a figura do trabalhador (pessoa, ser humano) da chamada força de trabalho; e para isolar os direitos do trabalhador dos direitos humanos, como se o trabalhador fosse uma mercadoria e se reduzisse à sua capacidade de trabalhar: mero “fator de produção”. Às classes dominantes lhes interessa justificar e manter o status quo, conservando os trabalhadores submissos, sem perspectivas e resignados a relações de trabalho flexíveis e com menos direitos. A flexibilização cumpriria um papel importante no discurso.

3. A CRÍTICA AO DISCURSO DA FLEXIBILIZAÇÃO

Com a flexibilização, o capital pode impor mais as suas condições sobre a força de trabalho. Não interessa ao capital que o trabalhador seja aliviado de seu trabalho e que possa ter mais tempo de ócio: o único objetivo do capitalista é a valorização do capital. “O capitalista nada mais deseja senão que o trabalhador dilapide suas doses de força vital tanto quanto possível sem interrupção” (Marx, 2011:228): o que deseja o capitalista é aumentar sempre o mais-valor e nesse sentido a flexibilização lhe ajuda a racionalizar os processos de produção. “Para o comprador [o capitalista], ele [o trabalhador] não tem qualquer outra existência do que a de capacidade de trabalho em ação”

(Marx, 2010:68). A flexibilização é fruto da construção política, que se apresenta nesse momento com uma fragilidade relativa do trabalho e que permite um aumento da extração de mais-valor. Tendo como referência a análise de Marx sobre o capitalismo, percebemos que existe na lógica do próprio sistema a tendência de geração de desigualdades: o sistema sobrevive e se valoriza desvalorizando o trabalho.

3.1. “ESTADO MÍNIMO” E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Apesar de que as estratégias de flexibilização do mercado de trabalho caminhem juntas com a crítica neoliberal do Estado, defendendo que a atuação do Estado seja “mínima”, a própria adoção da desregulamentação das relações trabalhistas é uma opção de política pública, que passa pela esfera de confrontos de interesses institucionalmente representados na sociedade organizada. O chamado “Estado Mínimo” seria não uma diminuição da “intervenção” do Estado na economia, mas uma mudança de seu papel. Para Marx, o Estado seria essencial para o capitalismo, um espaço especificamente político porque fundado em relações de poder e propriedade, nos quais se definem as contradições capitalistas e no qual o poder social se mescla com o privado, daqueles que detém os meios de produção (Teixeira, 2000). No entanto, o Estado capitalista se apresenta como um Estado-popular-de-classe (Poulantzas, 1984). Suas instituições estão organizadas em torno da liberdade e igualdade dos “indivíduos”, porém não se pode admitir a existência de “indivíduos-sujeitos” como base da “sociedade civil”, separada do Estado, que dá a entender que exista autonomia específica do político em relação às relações de produção. A fração dirigente é a que tem maior interesse em dar o selo da lei ao status quo, pois essas bases legais são indispensáveis.

Durante as décadas de 1980 e 1990, iniciativas de estabelecer o “Estado Mínimo” envolveram esforços semelhantes e seria equivocado, segundo Hyman (2005), chamar esses processos de “desregulamentação”, pois partem do Estado. Para o autor, a ‘retirada’ do Estado britânico da regulação econômica, para dar um exemplo, envolveu na verdade a intervenção sistemática do governo nos assuntos econômicos e exigiu um aumento sem precedentes da infiltração do poder estatal na sociedade (Hyman, 2005).

Hoje, mais do que nunca, a crítica da sociedade existente não pode ser feita sem a crítica do discurso econômico. O discurso da crítica à *Standard Employment Relationship* é veiculado de tal forma, na mídia e entre os economistas que aqueles que se colocam como contrários estariam contra o progresso e a geração de empregos. É um discurso que facilmente se impregna no senso comum. Assim o sistema consegue situar na esfera simbólica conceitos que se perpetuam e se legitimam a si mesmos. “*Ha habido una retroalimentación “conceptual” entre los investigadores y las instituciones financieras y burocráticas internacionales, por lo cual a veces no es fácil diferenciar quién plagia a quién*” (Vega, 2007, p.125). A hegemonia dessa corrente do pensamento econômico

é parte de uma certa hegemonia político-cultural, sustentada por uma determinada dominação de classe, por certo arranjo na luta de classes:

De tal modo que a crise de uma certa hegemonia teórica no campo da economia é sempre o resultado do questionamento sócio-político-econômico-cultural da hegemonia da classe dominante, questionamento este que, tendo seu centro na luta concreta entre as classes sociais, em suas determinações materiais, tem também dimensão especificamente cultural, filosófica, teórica (Paula et alli, 2003:572-3).

Assim, não se pode dizer que esse estado liberal seja “mínimo”, pois a decisão de permitir a regulação das relações de trabalho via mercado ao invés de pela via pública é uma decisão de política pública. O que ocorre é que, com o enfraquecimento do poder político dos trabalhadores, ganham prioridade no Estado outras políticas públicas, essas sim comprometidas com a valorização do capital. Tais políticas públicas abrem espaço para que o capital desenvolva suas tendências de valorização e atuam também sobre outras esferas da sociedade, ajudando também no convencimento sobre a necessidade de se submeter às regras do mercado.

Ganha espaço o uso do termo “empreendedorismo”: um empreendedor seria uma pessoa que encontra seus próprios caminhos, é responsável por seu próprio sucesso. No limite, se uma pessoa está desempregada, é porque não foi empreendedora, passando a ser sua responsabilidade ter um emprego. Questão chave também é a da educação, tratada como sinônimo de qualificação, para a obtenção do treinamento e das ferramentas exigidas pelo mercado: um meio para a obtenção de “capital humano”. Essa visão trataria o estudante diretamente como um trabalhador e como simples mercadoria, força de trabalho, de acordo com as necessidades da fase atual do capitalismo: compromissos políticos com as forças hegemônicas⁶.

Tais opções de políticas públicas ajudam a “naturalizar” certos processos benéficos ao capital, de forma a evitar questionamentos. Assim, preparando a força de trabalho a aceitar as condições “selvagens” do mercado, seria mais fácil utilizar-se da mesma como melhor lhe convier. O que nos diz Marx (2004) é que as ideias da classe dominante se colocam como as ideias da sociedade como um todo, o que ajuda a manter o status quo. Dessa forma é possível manter a ordem e gerar-lhe uma espécie de legalidade no plano ideal.

A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daquelas que não possuem os meios de produção espiritual. As ideias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de ideias (:78).

Nesse sentido, pode-se pensar que a flexibilização e seu impulso à “TINA” garante o convencimento da população e a cooptação das mentes dos trabalhadores e da sociedade como um todo. Se já não há nada a fazer e a solução é flexibilizar, se outras propostas não são merecedoras nem sequer de discussão, legitima-se esse discurso. A utilização ideológica das ideias de

⁶ A hegemonia, conceito desenvolvido Gramsci, representa a intervenção do poder sobre a vida cotidiana dos sujeitos e a colonização de todas as esferas, em vias da manutenção do *status quo*. Opera a partir de diversos pontos, englobando não só o plano econômico e político, como também o modo de pensar e a construção do conhecimento, também de forma simbólica (Gruppi, 1978).

desregulamentação cria uma perspectiva de que “não há alternativas”. Resignar-se e adaptar-se seria a única possibilidade. O impulso para a flexibilização parte do capital e os sindicatos são obrigados a aceitá-la como uma tentativa de evitar demissões ou realocações de capital (Ramalho, 2010). Com a diminuição do poder político das classes trabalhadoras, diminui seu poder também nesse tensionamento da luta de classes na esfera estatal e mais pressão é colocada sobre essa classe.

E para Marx, existe uma assimetria na relação trabalhador e capitalista, em que o capitalista pode escolher entre todo um exército de reserva e o trabalhador precisa vender sua força de trabalho, pois está separado dos meios de produção e precisa sobreviver. O exército de reserva seria utilizado para disciplinar a classe trabalhadora. Evidentemente, a intervenção do Estado, o aumento do poder de barganha dos trabalhadores ou a qualificação dos trabalhadores poderia alterar a balança de poder. Para Marx, o desemprego seria então algo intrínseco ao capitalismo, já que os trabalhadores estão separados dos meios de produção. Inclusive, o desemprego seria algo que ajudaria os capitalistas e a dinâmica do capital.

A variável salário não é a grande responsável pela renda familiar das classes trabalhadoras? A força de trabalho pode ser tratada como uma mercadoria qualquer ou está necessariamente atrelada a seu portador, o trabalhador? O trabalhador, como ser humano, não tem certos direitos? Além disso, permitir a flexibilidade aumenta a heterogeneidade entre os trabalhadores e a dispersão salarial, sendo a última inclusive um dos objetivos da flexibilização. Aumenta também a extração de mais-valor, a insegurança do trabalhador e a precarização no mercado de trabalho. Da mesma forma, isso garante a submissão do trabalhador, retroalimenta o rompimento da regulação social e pressiona para a “mercantilização” da força de trabalho. O questionamento da *Standard Employment Relationship* aumenta o poder discricionário do capital de impor as condições da contratação da força de trabalho, aumentando a extração de mais-valor, o desgaste da força de trabalho e a assimetria no mercado de trabalho. Perder a regulação social pública do trabalho é uma perda política para os trabalhadores, afetando seu dia-a-dia e sua qualidade de vida:

As leis da fábrica botaram um fim à decrepitude prematura dos trabalhadores que antes trabalhavam longas horas; fazendo deles senhores de seu próprio tempo, elas lhes deram a energia moral que os está direcionando para a eventual posse do poder político (Marx, 2010:249).

Marx antes reconhecia que as leis inglesas para a regulação do trabalho – especificamente para a diminuição da jornada - haviam sido benéficas em seus efeitos para diminuir a “decrepitude prematura” dos trabalhadores, ao contrário do posicionamento de Radgrave:

3.2. LIMITES DA TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO NO SISTEMA CAPITALISTA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sugere-se, como alternativa à flexibilização, que o Estado incentive as firmas a terem uma perspectiva de longo prazo. Porém, qual é o poder do Estado para isso, dado que existe um

embricamento dos interesses do Estado e das classes dominantes? Assim como vimos por 30 anos garantias sociais na Europa, isso a partir dos anos 80 (e hoje ainda com mais força) foi questionado. Os trabalhadores estão subordinados à dinâmica do capitalismo internacional, pagando a conta dos ajustes e adaptando-se às condições do capitalismo internacional. A luta seria no sentido de superar o capitalismo, não regulá-lo. Além do que, não se defende aqui a volta do capitalismo regulado sob as bases do *Welfare State*: esse modelo não superou o capitalismo nem onde foi aplicado nem nas relações de comércio com os outros países, mas manteve relações coloniais ou neocoloniais com os outros países, que mantém até hoje – inclusive – o nível de vida dos mesmos (Díaz-Barrios e Oliveira, 2012). Para Poulantzas (1984), o Estado é uma relação entre classes e frações de classes, não sendo uma entidade intrínseca: ele não é nem coisa-instrumento da classe dominante, sem autonomia, mas também não é um sujeito, não é um ente autônomo que consiga submeter a classe dominante. Essas elites, que formam o “bloco no poder” que compõe o Estado faz com que o Estado capitalista represente o interesse político a longo prazo do conjunto da burguesia, sob hegemonia de uma de suas frações. O Estado influencia e é influenciado pelo “bloco de poder” e é a esfera em que existem disputas entre capitalistas e entre os mesmos e a classe trabalhadora. O bloco de poder, no entanto, também conta com o aparelho ideológico e repressivo do Estado.

A tese da neutralidade do Estado oculta as relações privilegiadas que o Estado estabelece com as classes dominantes sob uma aparência democrática, induzindo a percepção da negociação coletiva como um “jogo entre iguais” pois, ainda que se admita que os parceiros tenham interesses diferentes, seu poder é considerado equivalente (Galvão, 2003:30).

A regulação das relações de trabalho não é uma garantia perpétua, pois o Estado é influenciado pelos interesses da burguesia. Tais garantias precisam ser mantidas com a luta:

O conceito dos direitos do homem só foi adotado no mundo cristão no último século. Não é uma ideia inerente ao homem; ao contrário, foi conquistada na luta contra as tradições históricas em que o homem foi educado até agora. Consequentemente, os direitos do homem também não são nenhum dote da história passada, nenhuma dádiva da natureza, mas o prêmio da luta contra o inesperado do nascimento e contra os privilégios. São os resultados da cultura e só pode possuí-los quem os mereceu e ganhou (Marx, 2006b:29).

Marx portanto valoriza a luta pelos direitos humanos, direitos esses que não são adquiridos sem esforço, mas através da luta: “Igualmente, aqui, se o trabalhador fornece ou não o mais-trabalho além da medida normal é algo que dependerá da força de resistência que pode opor à desmesurada pretensão do capital”. (Marx, 2010:201).

A ciência e a técnica, como vimos, serviriam aos interesses do sistema no sentido de modificar os processos produtivos, referentes à subsunção do trabalho ao capital, com vistas de aumentar o mais-valor, não no sentido de aliviar o trabalhador, mas de “libertá-lo” para o desemprego, de acordo com os interesses de valorização do capital. Porém, não só a técnica dos processos propriamente dita seria útil aos interesses do sistema: a ciência econômica poderia cumprir um papel no plano do discurso, seja para fortalecer a luta da classe trabalhadora, seja para manter o *status quo*.

Se a teoria do valor é interpretada como uma teoria da valorização, i.e., se o objetivo último do sistema capitalista é a valorização do capital, esse se torna o objetivo principal, e não a geração de empregos ou o bem-estar geral, que podem ser objetivos secundários ou, na verdade, antagônicos aos interesses da valorização do capital, na medida em que o desemprego, por aumentar o exército de reserva, torna a força de trabalho mais “dócil”, por exemplo. Assim, se for deixado por si mesmo – e nesse sentido se insere a defesa da flexibilização -, o capital explorará mais o trabalhador e sugará dele o mais-valor, visando sua valorização, não buscando a melhoria geral para a população. Se por um lado o objetivo é valorizar o capital, por outro, sua força “oposta” – o trabalho – é desvalorizada e explorada, desce ao nível de mercadoria. Nesse sistema, para Marx, o desemprego não seria um problema, mas sim útil ao funcionamento do sistema, para manter disciplinados os trabalhadores; bem como diversos outros efeitos maléficis para a classe trabalhadora seriam benéficos para a valorização do capital (extração de mais valor, alienação, superpopulação relativa, dentre outros). Nesse sentido percebe-se a importância da *standard employment relationship* e das políticas de proteção social que, no sistema capitalista, poderiam trazer certas garantias aos trabalhadores, ajudando a diminuir essas tendências avassaladoras do capital na exploração e criação de desigualdades, colocadas por Marx.

A partir de Marx, percebe-se que a liberação dos mecanismos de mercado para que o capitalismo flua livremente só aumenta as desigualdades, a exploração, a mercantilização e a redundância do trabalho, pois essa é a tendência intrínseca ao capital: valorizar-se de qualquer maneira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balibar, E “Los elementos de La estructura y su historia”. In: Althusser, L. y Balibar, E. **Para leer El capital**, Siglo Veintiuno Editores S.A., 1969b. Buenos Aires, Argentina.
- Bianchi, M. **La teoría del valor desde los clásicos a Marx**. Editor Alberto Corazón, Madrid, 1975
- Díaz-Barrios, C. C.; Oliveira, A. L. M.; **De bananos, capitalismo y multinacionales: el círculo del comercio justo**. Jornadas de Estudios Andinos, Instituto Interdisciplinario Tilcara, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires (Tilcara, Argentina), 18 a 21/09/2012
- Fausto, R. **Dialéctica Marxista, Dialéctica Hegeliana**. 1997
- _____. **Marx: Lógica e política**. Ed. 34, Tomo III, 2002, São Paulo
- Galvão, A. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**, Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas (SP), 2003
- Gruppi, L. **El concepto de hegemonía en Gramsci**. México: Ediciones de Cultura popular, 1978.
- Acesso em: 19/01/2013 Disponível em: http://www.gramsci.org.ar/12/gruppi_heg_en_gramsci.htm
- Hyman R. “Europeização ou erosão das relações laborais?” In Estanque, et al. **Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização**. São Paulo, Editora Cortez, 2005
- Luxemburg, R. **A acumulação do capital**. Volume I. São Paulo, Abril Cultural, 1984b.
- Marx, K. **Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie**. Stuttgart, Reimpressão da 6ª Edição, 1966
- _____. **O capital**, livro I, capítulo VI (inédito) Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo, 1978

- _____. **O capital**: crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas)
- _____. **O capital**: crítica da economia política Volume III, Livro Terceiro, Tomo 1 São Paulo, Abril Cultural: 1984b. (Os economistas)
- _____. **O capital**: crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984a. (Os economistas)
- _____. **A Ideologia Alemã**. Editora Martin Claret, 2004
- _____. **Manuscrisos Econômico-Filosóficos**. São Paulo. Editora Martin Claret, 2006a.
- _____. “A questão judaica” In: Marx, K. **Manuscrisos Econômico-Filosóficos**, Martin Claret, São Paulo, 2006b.
- _____. **A Miséria da Filosofia**. Editora Martin Claret, 2007
- _____. **Salário, Preço e Lucro**. Centauro Editora, São Paulo, 2008
- _____. **Para a crítica da Economia política**: Manuscrito de 1861 – 1863 (Cadernos I a V) – Terceiro Capítulo. O capital em Geral. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2010
- _____. **Grundrisse**: Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política, São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011
- Mazzucchelli, F. **A contradição em processo**: O capitalismo e suas crises. Campinas, Unicamp, IE, 2004.
- Nicolaus, M. “O Marx Desconhecido” in Blackburn, R. (Org.) **Ideologia na Ciência Social**. Trad. port., Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.
- Novack, G. “El problema de la alienación” In: Mandel, E.; Novack, G. **Teoría Marxista de la alienación**. Editorial Pluma, Colômbia 1977
- Paula, J. A.; Cerqueira, H. E. A. G.; Albuquerque, E. M. “Ciência e tecnologia na dinâmica capitalista: a elaboração neo-schumpeteriana e a teoria do capital” In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, n.2, 2002
- Paula, J. A.; Crocco, M.; Cerqueira, H. E. A. G.; Albuquerque, E. M. “Conhecimento e Interesse em economia.” In: **Est. Econ.**, São Paulo, v.33, n.3, p.559-595, Julho-setembro, 2003
- Pietranera, G. “La Estructura Lógica de El Capital”. In Dobb, M. et alli. **Estudios sobre El Capital**. Editora Siglo XXI, 1970
- Polanyi, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1980
- Poulantzas, N. **Poulantzas**: Sociologia. São Paulo, Editora Ática, 1984
- Ramalho, J. R. **Flexibilidade e crise do emprego industrial - sindicatos, regiões e novas ações empresariais**. Sociologias vol.12 no.25 Porto Alegre Sept./Dec. 2010
- Rosdolsky, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro, EDUERJ, Contraponto, 2001
- Tavares, M. C. **Ciclo e Crise**: o movimento Recente da industrialização Brasileira. Rio de Janeiro, 1998
- Teixeira, A. “Marx e a Economia Política: a crítica de um conceito”, In: **Econômica**, UFF, vol. II, nº4, dezembro/2000.
- Uriarte, O. E. **A flexibilidade**. Editora São Paulo, 2002
- Vega, R. La “sociedad del conocimiento”: una falacia comercial del capitalismo contemporáneo. In: **Revista opciones pedagógicas** 35 y 36, pp 124-139, 2007